

## No Cerrado nasce Goiânia

A decisão de se construir Goiânia, uma nova capital para o estado de Goiás, era a de que a velha capital, cidade de Goiás, fundada em 1726, à margens do Rio Vermelho, não mais apresentava condições geográficas e ambientais para o desenvolvimento de uma capital de um Estado que tinha como principal meta romper com a noção de atraso que o imaginário nacional tinha sobre ele. Aliado a esse fato, registra-se a trama política coordenada pelo interventor Pedro Ludovico Teixeira, com total apoio do presidente Getúlio Vargas, de enfraquecer o comando tradicional de velhas oligarquias no Estado, notadamente a dos Caiado, deslocando a capital de um espaço político e social liderados por alguns de seus representantes. Nessa primeira onda bachelariana do tempo, Goiânia nasce assim como ruptura, um vetor da cidade de Goiás. Suas primeiras formas espaciais são pensadas nas pranchas dos urbanistas e projetistas. Em 1933, sua pedra fundamental é lançada onde hoje é o poço do elevador do Palácio das Esmeraldas, residência oficial do governador, na praça central da cidade indicada por Atílio Correa Lima com um pedaço de osso de uma ema diante de um cerrado aberto e plano (Metran, 2006).

Essa ruptura espacial e temporal não foi tão pacífica assim. Houve resistências, e a cidade de Goiás se dividiu. Mas o fato é que Goiânia começa a ser construída em 1933. O poder legislativo e o executivo são transferidos em 1937, e o batismo cultural da cidade aconteceu em 1942 com grande mobilização nacional.

Com os primeiros anos, algumas famílias da cidade de Goiás mudaram para Goiânia, enquanto outras permanecem. E assim, separam-se ritmos entre as cidades: Goiás se volta para continuar suas formas de sociabilidade nascidas de um passado colonial, com suas

Manuel Ferreira Lima Filho

festas religiosas, seus alfenins, suas igrejas, seus artistas, sua elite, além de sua periferia profundamente identificadas com símbolos do mundo rural. Não pára no tempo, mas segue seu próprio ritmo, historicidades, sociabilidades e referências culturais e identitárias. Goiânia, por sua vez, busca a velocidade da modernização, de cumprir sua meta de metrópole no Planalto Central do Brasil, como um ensaio experimental para a construção de Brasília anos depois, e, ao mesmo tempo, inspirada na experiência de Belo Horizonte no final do século XIX.



**Foto 01:** Praça do Coreto na cidade de Goiás, no início do século XX  
Fonte: Craveiro (1994)

O Plano urbanístico da nova cidade, concebido por Attílio Correa Lima, de influência francesa, explorou a topografia do sítio, pois o traçado proposto para o núcleo pioneiro de Goiânia favorecia a drenagem por topografia, integrando as microbacias hidrográficas. Ele procurou privilegiar o sistema viário com avenidas largas, sistemas de estacionamento, beneficiando assim o comércio. Utilizou-se, então de uma malha ortogonal. Para a zona industrial, nas imediações da estrada de ferro concebeu desvios e uma estação de triagem. Para a zona residencial o plano previa uma área tranqüila, distante do movimento do centro. Reservou, em seus planos, grandes áreas verdes que visavam a salubridade e a beleza. O plano por ele elaborado criava os setores central, norte, sul, oeste e leste com delimitação espacial bem definida. Com mão de obra recrutada do interior de Goiás e de outras regiões do país construiu-se assim Goiânia. (Machado et al, 2003 e Silva, 2006).

Mais tarde, outro urbanista, Armando de Godoy, de influência inglesa, continua a projetar os primeiros traços da nova capital inspirado na cidade jardim inglesa.

Podemos observar na tabela abaixo o crescimento demográfico da cidade entre as décadas de 1940 a 1980:

1940	19.000 habitantes
1950	53.000 habitantes
1960	150.000 habitantes
1980	700.000 habitantes
1998	1 milhão
2006	(estimativa em julho) 1.220,412 habitantes

Dados Populacionais da Cidade de Goiânia (1940-2006)  
Fonte: IBGE (2007)

Projetada para ter 50.000 habitantes, a população de Goiânia cresceu rapidamente, unindo-se a Campinas, que dela estava separada por 6 km. Campinas tornou-se um bairro de Goiânia, como muitos outros que foram surgindo (Machado et al, 2003).

### **Tornando-se “Patrimônio”**

No ano de 2002, Goiânia é alvo de um processo de tombamento Federal de seu Núcleo Pioneiro juntamente com edifícios públicos e componentes *Art Decó* (IPHAN, 2002). O Estilo *Art Déco* foi lançado oficialmente em 1925, em Paris. A arquitetura é marcada por volumetria geométrica, simétrica e imponente, com ornamentação e, portanto, muitos elementos decorativos. No Brasil, foi amplamente difundido no período do Estado Novo, tendo como exemplo típico a torre do relógio da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, e quase todas os edifícios dos Correios espalhados pelo país construídos nessa época. Em Goiânia, o estilo foi adotado nos principais prédios públicos.

O processo de tombamento do conjunto de elementos *Déco* em Goiânia foi conduzindo por várias instituições e atores sociais, liderados pelo IPHAN regional, movidos pelo sucesso de um processo anterior, que culminou na declaração da cidade de Goiás como patrimônio da Humanidade pela Unesco. Novamente as duas cidades são coladas no

imaginário e nas ações políticas do Estado Brasileiro. Se antes Goiânia nasce como um ato de rompimento da Cidade de Goiás (1933), agora (une-se) nutre-se da experiência bem sucedida do processo do tombamento de Goiás para reivindicar e ver também bem sucedido a nomeação de um *status* patrimonial em âmbito nacional (2002). É como se os vetores do tempo se unissem novamente pela categoria excepcionalidade: uma pelo casario colonial, outra pelos seus componentes *Art Déco*.<sup>1</sup>

O processo do tombamento de Goiânia colocou em pauta o patrimônio cultural da cidade e indagações sobre os significados desse tombamento nas representações sociais que os pioneiros e habitantes da cidade tinham sobre ela. Embora seja uma cidade relativamente nova (73 anos) a questão do “centro histórico” assim como toda a cidade, tem sido objeto de quatro planos urbanos que defendiam estratégias, instituíaam concursos públicos de requalificação do núcleo histórico e de fachadas dos prédios, além de demandas de associações junto à prefeitura. Atualmente, um quinto plano tramita na Câmara Municipal (Silva, 2006).

O processo de tombamento também institui uma “memória oficial”, e Goiânia se “torna” colecionada, classificada, indexada, padronizada, enfim, musealizada. Se o processo de tombamento do conjunto de vinte e dois elementos e prédios públicos considerados representativos do estilo *Art Déco* coloca a cidade positivamente no cenário nacional e internacional, pode, por outro lado, induzir a um processo identitário redutor.

Se o processo de tombamento pode ser visto como uma ação naturalizada do IPHAN, numa esteira de tradição do órgão, desde os tempos de Rodrigo Mello Franco, amparada por um direito positivista de nossa legislação, as pesquisas, tanto do ponto de vista da arquitetura quanto da antropologia, apontam, inequivocadamente, para o fato de que a *Art Déco* está longe de ser uma expressão de penetração no imaginário da cidade. Ela deve se compreendida apenas como uma ação legítima e normativa do IPHAN aos aspectos inerentes ao processo de tombamento, proteção e divulgação e até mesmo de valorização de uma, entre várias formas arquitetônicas, que registrou uma concepção de morar, representar idéias e transmitir valores. E assim, o *Art Déco*

não pode ser utilizado como um ícone totalizador da identidade da cidade.

Se o *Art Deco* é uma das formas arquitetônicas da cidade que remete a um tempo social e político, notadamente da política de Vargas, quais são as outras formas temporais e sociais que poderiam desenhar o mosaico de formas e tempos sociais de Goiânia ?

### **A Rua 20 como Rito de Passagem**

Podemos pensar que na perspectiva da literatura nacional e regional, os grandes espaços do cerrado do estado de Goiás na década de 1930 e 1940 se identificam com uma categoria do pensamento social brasileiro denominada de sertão. Grandes espaços, gado a esmo, natureza indomável, casebres, atraso, isolamento. Nesse sentido, podemos pensar que o movimento de deslocamento da capital do Estado da cidade de Goiás para as proximidades de Campinas (hoje um bairro de Goiânia) é um deslocamento no “sertão” na perspectiva que Vidal e Souza (1997) denominou de “crescer para dentro” na esteira da construção de uma nacionalidade colocada em prática pelos que marcharam para o oeste, como analisei em outro trabalho entre os pioneiros da Marcha para o Oeste (Lima Filho, 2001). Assim, nas próprias narrativas dos primeiros habitantes de Goiânia, o cenário era de sertão, um mundo mágico: a paisagem, as impressões e representações da natureza a ser domesticada, matas, bichos, forças incontrolláveis da natureza, vastidão, vazio como nos mostra Da. Armênia:

Não havia água, nem energia elétrica ainda. (...) Para preparar as refeições de nossa filha, usávamos uma pequena fogueira, do lado de fora do prédio. Não se encontrava um fogareiro. (...) até vir de Goiás um fogareiro de álcool. Na época, convivíamos em Goiânia com pequenos animais que viviam na periferia das matas, como coelhos, iaras, gatos do mato, (...) sagüis, tatus etc. Naquele mundo mágico, o vigia noturno do Grande Hotel caçava coelho e tatu-galinha (...) Aranhas caranguejeiras entravam livremente pelas portas de fora (...) A tempestades de Goiânia (...) eram realmente impressionantes! Na vasta campina aberta, ainda quase vazia o vento campeava solto, adquirindo uma força e velocidade incontrolláveis (...) Caiam raios em todas as direções (...) com a força que adquiria começava a levantar folhas, papéis, galhos secos e por fim já era uma ameaça terrível para as pessoas (...) ai de quem cruzasse sua rota; era arrastado, rodopiado (...) lançado de encontro aos muros ou cercas de arame farpado. A população temia-os (...) Misto de cidade e sertão (Souza, 1989: 25-28 e 51).

Este ambiente narrado como sertão era um estado “cru”, pensado por Lévi Strauss. A instalação da “civilização” era o início do processo do “cozimento” da transformação da natureza para a cultura.

Contudo, numa perspectiva etnográfica, os primeiros habitantes de Goiânia não eram sertanejos. Eram pessoas, provenientes do interior de Goiás e de Minas Gerais, principalmente. A primeira leva de moradores da antiga capital, funcionários públicos, professores, administradores, profissionais liberais e, de modo expressivo, operários que vieram para a construção dos prédios públicos, notadamente em estilo *Art Déco*. Juntamente com o conjunto desses edifícios públicos, que mais tarde seriam tombados pelo IPHAN, o governo construiu uma série de casas padrão onde funcionou o palácio do governo estadual, a faculdade de Direito, o conservatório de música e como residências para os funcionários que chegavam da antiga capital. Mais tarde, essas casas foram vendidas, como registrou Monteiro (1938: 151):

Os primeiros prédios concluídos foram os dez destinados aos funcionários e ao Jardim de Infância. Os dez prédios foram construídos na rua 20. Foi essa a primeira rua de Goiânia. Nela foram instalados provisoriamente o Palácio, a Secretaria Geral, o Escritório Central de Obras e a Diretoria Geral da Fazenda, que por ser muito grande, teve que ocupar duas casas, sendo uma para Seção de Terras. Uma das novas casas foi destinada à residência do governador Dr. Pedro Ludovico Teixeira. Outra serviu de residência ao Dr. Câmara Filho, direto do Departamento de Propaganda e Expansão Econômica (...) Numa, foi residir o Dr. Sólton de Almeida Superintendente do Departamento de Propaganda e venda de lotes. Noutra residiu o Dr. Germano o Roriz até fins de 1935 quando (...) passou [para]o Diretor Geral e Segurança Publicas Dr. João Monteiro. (Monteiro, 1938:151)



**Foto 02:** Rua 20. Antônio Pereira da Silva. Déc. 1940. Goiânia. Acervo MIS-GO.

Mas enquanto essas casas estavam sendo construídas, naquela que seria considerada oficialmente a primeira rua de Goiânia, denominada RUA 20, os primeiros habitantes, de fato, fizeram suas casas de pau a pique e palha às margens do córrego Botafogo, fonte de água potável. Ai foi instalada a pensão da Dona Maruca, onde todos se encontravam. Nas margens do mesmo córrego, banheiros públicos foram construídos e o lugar era fonte de água potável. Nesse primeiro momento de ocupação havia, portanto, uma identificação com o mundo rural, muito próximo da visão de mundo dos lugares de onde vieram: pequenos animais silvestres, árvores frutíferas do cerrado, peixes, banhos de córrego, noites estreladas enfim uma paisagem bucólica embora “selvagem”.

Não havia água encanada. Então, as casas foram feitas com fundo, o quintal, digamos assim, a terminação do quintal passava no córrego Botafogo. Ai fizeram dois banheiros, forçaram... eles construíram uma queda d'água que tinha o banheiro das mulheres e depois mais para cima dos homens (Entrevista com Da. Nize de Freitas 19/09/2006)



**Foto 03:** Rua 20. Eduardo Bilemjian. Déc. 1930. Goiânia. Acervo MIS-GO.

A Rua 20, em construção, foi traçada de forma paralela ao córrego Botafogo. Entre a Rua 20 e o Córrego Botafogo se formou mais espontaneamente a Rua 24, caracterizada por residências, embora essa rua tenha sido marcada pelo lugar, sob uma Moreira, escolhido por

Pedro Ludovico para assinar seus primeiros atos administrativos na capital. Apenas mais tarde, passou a administrar do “palacinho” da Rua 20. A importância dessa árvore no imaginário dos depoentes, lhe dá um lugar de destaque nas memórias dos primeiros dias da nova cidade como é o caso da Dona Virginia Pereira Mendes que em suas reminiscências conversa com a velha árvore:

Tenho muita recordação de tudo que passou. Tenho a impressão que você deve estar pertinho dos 80 ou 90 anos de existência. Deus te abençoes pelo que tivesses, pois quantos anos faz que debaixo de suas sombras durante o dia e a noite o repouso de um sono tranqüilo. Todos que te procuram foram recebidos com muita bondade e carinho. Que lindo destino foi o seu minha bela Gameleira [Moreira]. No dia que você nasceu, talvez estivesse imaginado que ira ficar bem solitária, bem sozinha, nesse imenso planalto. Mas o seu destino já estava reservado, você teria que dar acolhida para todas aquelas famílias que estavam migrando para essa bela capital. Assim, passaram muitos por debaixo de sua sombra. (Virgínia Pereira Mendes, (01/11/2005).

Desta maneira, podemos dizer que a Rua 20 era um primeiro ponto oficial, após todos passarem pelas sombras da velha Amoreira bem próxima do Córrego Botafogo. O primeiro rito. Era, pois, um tipo de batismo para quem viesse morar na nova capital. Depois havia o rito oficial mesmo, de se abrigar na casas da Rua 20. Era uma rua transitória, mas necessária. Nela, estavam concentrados valores considerados importantes: a igreja (na Rua 20 morava o Bispo) e ao lado foi construída a catedral de Goiânia, o Palácio do Governo, a faculdade de Direito e Conservatório de Música, o Jardim de Infância entre outros. Portanto, morar na rua 20 era morar perto do poder e do prestígio. Entretanto, à medida em que a cidade crescia, aos poucos essa função de liminaridade foi se perdendo. Com a construção do Setor Sul, durante muitos anos considerado o setor nobre da cidade, alguns moradores de maior poder aquisitivo construiriam suas casas nele. Os funcionários e servidores foram também se distribuindo por outros bairros da cidade, como o Bairro Popular, o Setor dos Funcionários, o Setor Fama. Alguns moradores, como o advogado e ex-professor do curso de Direto, Pereira Zeka, permaneceram na mesma casa construída na década de 40, que seu sogro comprara do Estado. Os mais pobres continuaram às margens do Córrego Botafogo, e até

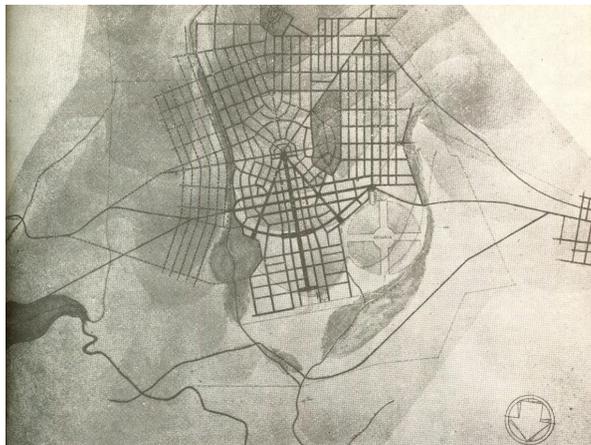
tarde seria uma grande favela, e depois se transformar no Setor Universitário, onde hoje se encontram as primeiras edificações das Universidades Federal e Católica de Goiás.

Observa-se, dessa maneira, que a cidade nasceu elitizada, na divisão de seus espaços urbanos para além de qualquer boa intenção de seus urbanistas e planejadores. Analisando as narrativas dos pioneiros, categoria ampla, mas com quem identificamos a primeira e segunda geração que viram a cidade nascer e crescer, moradores das primeiras ruas e bairros ou mesmo filhos de políticos e funcionários de alto escalão na época, têm-se a convergência de dados de que a cidade era dividida em três áreas: 1) O manto de Nossa Senhora composto pelas avenidas Araguaia, Tocantins e Paranaíba e Praça Cívica. As margens do Córrego Botafogo e por último a região Norte depois da Estrada de Ferro e da Avenida Paranaíba que era asfaltada. Pelo mapa tem-se uma noção desses espaços. Divisão que fica clara no depoimento da filha do primeiro prefeito Venerando de Freitas Borges, que nasceu na cidade antes mesmo de seu batismo cultural em 1942.

Nos anos Dourados, nos anos 50 nós dizíamos assim: Goiânia esta dividida, da Av. Paranaíba para cima, que o Palácio, era a nata da sociedade que morava, da Av. Paranaíba, era a classe média baixa. Então, as pessoas tinham essa rivalidade. Então você queria falar alguma coisa assim, negativa de alguém, Ah fulano é... não é do lado Sul. Ela mora além da Avenida Paranaíba. A Avenida Paranaíba era um divisor, um divisor entre as classe sociais e até hoje isso existe. Você mora onde? Ah no bairro do buraco? Sempre existiu. E Botafogo, ali eram invasores, eram lavradores, empregadas domesticas.... ( Nize de Freitas, 19/09/2006).

### **Reflexões patrimoniais na perspectiva antropológica**

Quando se olha a questão patrimonial pela perspectiva antropológica, percebemos algumas caminhos que desenham uma tensão com relação ao tema da preservação, portanto do tombamento, do conceito antropológico de identidade e do próprio processo inerente a constituição e mobilidade das formas urbanas e seu dinâmico processo. Poderíamos também associar com a idéia da Teoria do Conflito de George Simmel nas diferentes formas de viver o urbano.<sup>2</sup>



**Foto 4** – Mapa de Goiânia (1937) por Attílio Corrêa Lima  
Fonte: DAHER (2003).

A experiência de uma antropologia na cidade de Goiânia (Lima Filho, 2004) provocou um jogo de espelhos desses conceitos e das narrativas relacionadas a eles, seja pelos entrevistados, seja pelos representantes de políticas públicas, seja pelo próprio discurso antropológico.

Num primeiro momento, fica claro que a representatividade do conjunto de *Are Déco*, como representante de um tempo áureo do início da cidade, não tem correspondência direta com as narrativas do mesmo período em que tais prédios públicos foram construídos. Típicamente frutos de uma ação governista da Era Vargas, eles representam um estilo arquitetônico em voga no período da década de 30, 40 e já tardio como no caso da estação ferroviária da cidade nos anos 50. Estilo tão diferente do olhar dos goianos que a filha do primeiro prefeito, Nize de Freitas, perguntou ao pai o por quê daquela forma engraçada do Cine Teatro Goiânia, ao que ele respondeu “Observa bem minha filha, o teatro Goiânia é uma galera, observa bem que o formato dele é de uma galera” e Dona Nize arremata: “ou seja, ele foi inspirado numa galera egípcia”. Uma galera egípcia em pleno Planalto Central!

Considerado excepcional pelo IPHAN, o Teatro de Goiânia ganhou o *status* de proteção federal. Goiânia entrou, assim, em 2001, no seleto círculo de bens patrimoniais tombados pela União, fazendo

jus à atuação do órgão federal que foi instituído pela mesma lei que criou o tombamento. Como já analisei, Goiânia se equivale à cidade de Goiás nessa ciranda patrimonial do tempo.

As tensões que resistem como consequência disso, do ponto de vista antropológico são, basicamente, duas. Primeiro, o estilo, como já afirmou Metran (2006), não tem permeabilidade na concepção de morar da população goianiense. Nem mesmo as “casas tipo” do início da cidade, construídas pelo governo estadual, têm a Art *Déco* como preponderante. Notam-se elementos desse estilo em algumas casas e sobrados. Registra-se aqui a resistência cultural por detrás do discurso e da práxis ideológica e de modernização de Pedro Ludovico e sua equipe. Como vimos, a mudança provocou um movimento de resistência na cidade de Goiás. Vencidos pelas mãos fortes de Getúlio Vargas e de Pedro Ludovico, os vilaboenses quase se transfiguram na constituição de futuros goianienses. Como que numa atitude tácita, os descendentes dessa geração mães elegem, ao longo do desenvolvimento da cidade, o estilo neocolonial como preferido. O estilo é inspirado no passado e se caracteriza por largos beirais de madeiramento aparente, recortados, frontões curvos como das igrejas oitocentistas, vergas de arcos entre outros elementos. Em outras palavras, os goianienses se rendem ao novo, porém não “abrem mão” do velho. É só passear pela cidade. Portanto, aqui reside o contraponto. O que se tombou foi o que o governo elegeu, no passado e no presente, e não as pessoas, as famílias, as memórias. Disso decorre a questão: não seria o neocolonial alvo de atenção de tombamento federal, amparado pela legitimidade de seus moradores? A resposta parece ser não, do ponto de vista da lei do tombamento, uma vez, contaminada pelo hibridismo de formas, o neocolonial de Goiânia se distancia muito do ideal de excepcionalidade. Para isso, o Colonial de Goiás já foi tombado, poderiam alegar alguns. Contudo, do ponto de vista antropológico, a negação é constrangedora, pois revela uma distancia entre aquilo que é concebido como referências culturais e aquilo que é eleito pelo Estado. Afinal, as culturas não são dinâmicas e híbridas como quer Barth (1968) e Canclini (2003)? Ou ainda como questiona Eckert (2002: 78).

“Quem são os guardiões da memória celebrada pelo Estado e divulgada pelos meios de comunicação de massa ? E quem são os herdeiros dessa memória ? Estaremos, hoje conformados à memória seletiva de um discurso oficial ou, estamos ao contrário (...) atentos aos fatores aglutinantes apreendidos num processo de emancipação do sujeito e coletivização do conhecimento histórico” ?

O jurista Frederico Marés esclarece que qualquer cidadão ao ver suas referências culturais ameaçadas, mesmo que coletivas, pode entrar com pedido de tombamento na justiça (Mares, 1986:23).

Daí formula-se a questão inevitável e provocadora: afinal, para que serve o tombamento? Ouro Preto foi conservada porque foi tombada ou porque foi esquecida no tempo, conservando um passado (Gonçalves, 2001) que só mais tarde seria resgatado como ícone patrimonial dos tempos modernos? Esse mal-estar na cultura, ou em nossos arquétipos patrimoniais, para lembrarmos de Freud ou Jung, talvez possa ser amenizado com a compensação do registro imaterial, que, aliás, também resvala na armadilha fácil do excepcional. Assim, podemos concluir que, do ponto de vista conceitual, tanto o Tombamento quanto o Registro Imaterial são males patrimoniais necessários, mas insolúveis na dinâmica das culturas.

A segunda questão conceitual que se coloca está diretamente relacionada à idéia da preservação, tão cara na trajetória brasileira de construção de uma identidade nacional, de nossas políticas patrimoniais e que se impregna em nós como se o apego ao passado fosse uma remissão pelo peso incômodo do atraso, da pobreza, do sertão, da fatalidade histórica tão retoricamente ensaiada pelo nossos pensadores da passagem do século XIX e início do século XX e tão obsessivamente colocada em marcha por nossos estadistas e governos. Assim, faz sentido o que Eckert e Rocha chamam de cidade-ruína que “é a expressão do conjunto de intenções e de comportamento do homem brasileiro diante do tempo” (...) “os habitantes valorizam o presente reformulando o passado” (Eckert e Rocha, 2005: 24).

Nesse vai-e-vem temporal, o movimento que impulsiona para a modernidade, rompe com o passado, destrói os patrimônios, tornam inóspitas as relações sociais, individualiza o que foi marcadamente holista por excelência. A volta ao passado parece querer ressemantizar e fazer

marcar o passado no presente: é preciso proteger, contaminar-se de um passado que nós mesmos destruímos, daí a busca por objetos, coleções, ruínas. Talvez daí se compreenda uma ambigüidade nas narrativas patrimoniais do homem urbano, como elucida a voz de um dos pioneiros entrevistados, que nos disse que mudou radicalmente a parte frontal de sua casa da Rua 20, uma das primeiras de Goiânia, devido à notícia que correu de que o Estado iria tombar sua casa, “fiz um pecado patrimonial” nas palavras dele. No entanto, a parte interna continua intacta. Mas seu filho adiantou e sentenciou “tem que mudar mesmo, professor, faz parte da modernização”. Portanto, a contraposição de uma proteção por proteção sem convencimento ou algo que valha ou que faça sentido é pura fumaça de retóricas para amenizar nossas sangrias patrimoniais e, diria, existenciais. Como pensou Lefebvre (2004: 112) o fenômeno urbano é ao mesmo tempo simultâneo e cumulativo. Simultâneo porque é ponto de convergências dispare, memórias cruzadas, camadas do passado, como num corte estratigráfico revela a erosão do tempo, marcando a ausência, mas ao mesmo tempo demarcando o que ficou. Cumulativo, pois demonstra vários conteúdos, culturas, técnicas, estilos, formas urbanas, eu acrescentaria. Daí a coexistência, em uma mesma casa o quase sentimento de culpa do morador já idoso e o rompimento o filho, de outra geração, mas que sabe de cór o nome de todos os vizinhos pioneiros e que demonstrou “controle de impressões” nesse vis à vis com o antropólogo, numa situação de campo.

Entendo assim que a proteção ou a destruição fazem parte de um jogo de poder, de controle de impressões e retóricas e de constituição de *personas* políticas físicas ou jurídicas. É por isso que na Rua 20 se encontram fragmentos de um passado representado pelos casarões como a Casa de Colemar Natal e Silva, Pereira Zeka, a casa eclética dos Sabino, a casa estilo normando de Helio Naves e aqui e acolá os *brises-soleil* e traços retos das casas modernistas. Além disso, tem-se os edifícios que colocaram abaixo a antiga Cúria e a Casa do Bispo, o Palacinho de Pedro Ludovico e tantas outras. A Rua 20 é por excelência, a metamorfose da cidade. Daí sua fisionomia tão distante de qualquer intenção de tombamento federal ou de qualquer atitude patrimonial

Manuel Ferreira Lima Filho

dos poderes estadual (que se restringiu a tombar uma casa tipo) e municipal. O passado agoniza nos estacionamentos da cidade, que quase tem um carro por cidadão habilitado. E assim, para lembrarmos Sahlins, poderia dizer que o tombamento esse mito de origem de pensar patrimonial brasileiro implode nos eventos históricos da cidade que se transfigura. Mas como qualquer bom mito, suas estruturas arcaicas permanecem apesar do roer do tempo, e assim, de vez em quando sua eficácia tece as narrativas e ações concatenadas. E como não poderia deixar de ser o rito acontece para reificar o mito. Não foi assim com o tombamento do *Art Déco* em Goiânia e suas narrativas?

## Notas

- <sup>1</sup> Sobre as questões históricas, ideológicas e de poder identificando os movimentos políticos e históricos sobre as cidades de Goiás e Goiânia ver o meu artigo "O Futuro do Passado da cidade de Goiás: gestão, memória e identidade" (2003).
- <sup>2</sup> Ver Ekert (2002).

## Referências Bibliográficas

- BARTH, Fredrik. *Ethnic Groups and Boundaries: the social organization of culture difference*. Boston: Little Brown Company, 1969.
- CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas Híbridas*. São Paulo: EDUSP. 2003.
- DAHER, Tânia. *Goiânia – uma utopia européia no Brasil*. Goiânia: Instituto Centro-Brasileiro de Cultura. 2003.
- ECKERT, Cornelia. "O que não esquecemos ? Tudo aquilo que temos razões para esquecer" In *Cidade e Memória na Globalização*. Porto Alegre: Unidada Editorial. 2002.
- ECKERT, Cornelia e ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. *O Tempo e a Cidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2003.
- LEFEBVRE, Henri. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: Editora da UFMG. 2004.
- LIMA FILHO, Manuel Ferreira. *O (des) Encanto do Oeste*. Goiânia: Editora da UCG. 2001.
- LIMA FILHO, Manuel Ferreira. "O Futuro do Passado da cidade de Goiás: gestão, memória e identidade" In *HABITUS*. V.1, n.2 jul/dez Goiânia: Editora da UCG. 2003.
- LIMA FILHO, Manuel Ferreira. *Antropologia na Cidade - Memória, Identidade e Referências Culturais sobre o Núcleo Pioneiro de Goiânia*. Projeto de Pesquisa. Goiânia. Universidade Católica de Goiás. 2004.
- LIMA FILHO, Manuel Ferreira. "Cidade Patrimoniais e Identidades Nacionais questões antropológicas na perspectiva comparativa entre o Brasil e os Estados Unidos" In *Os Caminhos do Patrimônio no Brasil* (organizadores Manuel Ferreira Lima Filho e Márcia Bezerra). Goiânia: Alternativa, 2006.
- MACHADO, Láis et. al. *EIA/RIMA (Diagnóstico) sobre a Implantação do Metrô na cidade de*

- Goiânia*. DBO. Goiânia, 2003
- MELLO, Márcia Metran, 2006. *Goiânia: cidade de pedras e palavras*. Goiânia: Editora UFG. 224 p.
- MONTEIRO, Ofélia. S. do Nascimento. *Como Nasceu Goiânia*. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais. 1938.
- SILVA, Ciro Augusto de Oliveira. *Revitalização e Preservação do Patrimônio Arquitetônico e Urbanístico de Centro de Goiânia*. Dissertação de Mestrado em Gestão do Patrimônio Cultural. Goiânia. IGPA/Universidade Católica de Goiás.
- SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés. *Bens Culturais e Proteção Jurídica*. Porto Alegre: Unidade Editorial Porto Alegre. 1999.
- VIDAL E SOUZA, Candice. *A Pátria Geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro*. Goiânia: Editora da UFG. 1997.